Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

Hospital Leforte Liberdade

HOSPITAL LEFORTE LIBERDADE S.A.

CNPJ/MF nº 21.371.777/0001-32 - NIRE 35.300.485.939

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos a inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.356	10.646
Contas a receber de clientes	5	157.739	150.155
Estoques	6	15.113	12.165
Tributos a recuperar	8	7.632	8.240
Partes relacionadas	7	7.912	15.341
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		572	-
Outros créditos		16.117	7.574
Total do ativo circulante		222.441	204.121
Não circulante			
Depósitos Judiciais	9	17.074	12.786
Tributos diferidos	19	52.452	37.741
Partes relacionadas	7	18.429	111
Investimentos	10	5.063	-
Imobilizado	11	54.798	55.074
Direito de uso de arrendamentos	13	184.765	202.625
Intangível	12	8.209	7.426
Total do ativo não circulante		340.790	315.763
Total do ativo		563.231	519.884

Passivo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores	14	43.971	33.372
Tributos a recolher	17	11.358	13.406
Obrigações sociais e trabalhistas	16	23.428	19.295
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	5.195	-
Passivos de arrendamentos	15	27.394	24.277
Partes relacionadas	7	-	107.341
Outras contas a pagar e provisões	18	4.498	25.012
Total do passivo circulante		115.844	222.703
Não circulante			
Tributos a recolher	17	1.097	1.360
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	52.896	15.479
Passivos de arrendamentos	15	185.610	193.265
Provisão para perda em controladas e coligadas	10	-	11.409
Partes relacionadas	7	16.215	13.549
Outras contas a pagar e provisões	18	2.121	1968
Total do passivo não circulante		257.939	237.030
Patrimônio líquido			
Capital Social	20	366.637	288.027
Adiantamentos para futuro aumento de capital		141.854	78.610
Resultados Abrangentes		11.697	-
Prejuízos acumulados		(330.740)	(306.486)
Total do Patrimônio Líquido		189.448	60.151
Total do passivo e patrimônio líquido		563.231	519.884

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Descrição	Nota	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	22	471.359	415.019
Custo dos serviços prestados	23	(419.002)	(441.451)
Lucro operacional bruto		52.357	(26.432)
Despesas comerciais	23	(21.975)	(10.568)
Despesas gerais e administrativas	23	(3.447)	(24.362)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(16.526)	15.003
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.188	(740)
		(39.760)	(20.667)
Lucro (prejuízo) operacional		12.597	(47.099)
Receitas financeiras	24	2018	3.909
Despesas financeiras	24	(44.274)	(54.193)
Resultado financeiro, líquido		(42.256)	(50.284)
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		(29.659)	(97.383)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(9.306)	(2.849)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	14.711	(3.388)
		5.405	(6.237)
Prejuízo do exercício		(24.254)	(103.620)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Descrição	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício	(24.254)	(103.620)
Resultado abrangente do exercício	(24.254)	(103.620)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

Descrição	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		294.340	29.610	-	(202.866)	121.084
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	49.000	-	-	49.000
Redução de capital social		(6.313)	-	-	-	(6.313)
Prejuizo do exercício		-	-	-	(103.620)	(103.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		288.027	78.610	-	(306.486)	60.151
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	-	141.854	-	-	141.854
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	20	78.610	(78.610)	-	-	-
Ganho em variação de participação societária		-	-	11.697	-	11.697
Prejuizo do exercício		-	-	-	(24.254)	(24.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		366.637	141.854	11.697	(330.740)	189.448

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Descrição	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		(29.659)	(97.383)
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações	23	14.483	19.810
Equivalência patrimonial	10	(2.188)	740
Baixa residual imobilizado	11	52	87
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	152
Juros sobre passivos de arrendamentos	15	36.235	25.109
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	5	8.815	11.322
Atualização monetária sobre provisão para contingências	24	1.647	-
Provisão para causas judiciais	23	20.395	(12.973)
		49.780	(53.136)
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes		(16.399)	(8.036)
Estoques		(2.948)	(3.547)
Tributos a recuperar		(14.002)	11.648
Outros créditos		(12.831)	(3.731)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		10.599	(14.914)
Obrigações sociais e trabalhistas		4.133	(660)
Tributos a recolher		15.590	(2.397)
Outras contas a pagar e provisões		(6.142)	(16.926)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		27.780	(91.699)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	(159)
Juros pagos sobre passivos de arrendamentos	15	(6.679)	(25.109)
Imposto e contribuição social pagos		(7.301)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		13.800	(116.967)
Caixa das atividades de investimentos			
Partes relacionadas		(11.013)	(125)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(1980)	-
Adições ao ativo imobilizado	11	(6.958)	(6.332)
Adições ao intangível	12	(28)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(19.979)	(6.457)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	20	141.854	49.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		-	(3.000)
Partes relacionadas		(104.675)	57.213
Pagamentos de passivos de arrendamentos	15	(24.290)	(3.870)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		12.889	99.343
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.710	(24.081)
No início do exercício		10.646	34.727
No final do exercício		17.356	10.646
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.710	(24.081)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Leforte Liberdade S.A. ("Companhia" ou "HLL") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Galvão Bueno, 257, Liberdade, na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo. A Companhia é controlada pela Biodínamo Empreendimento e Participações Ltda. ("BIODÍNAMO"), a qual é uma controlada da Ímpar Serviços Hospitalares S.A. ("ÍMPAR"), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. **1.1 Objetivo social e principais atividades**: As principais atividades desenvolvidas pela Companhia compreendem, entre outras: • prestação de serviços hospitalares e de pronto atendimento; •atendimento médico e ambulatorial em diversas especialidades; • realização de procedimentos de alta e média complexidade, incluindo serviços oncológicos; • realização de exames, terapias e diagnósticos relacionados à saúde humana; • disponibilização de infraestrutura hospitalar para ensino, pesquisa e aperfeiçoamento de profissionais da área da saúde. **1.2 Estrutura societária e controle conjunto**: A partir de 1º de abril de 2025, a ÍMPAR passou a ser classificada como um empreendimento controlado em conjunto ("joint-venture"), em decorrência da celebração de um Acordo de Associação entre, Diagnósticos da América S.A. ("DASA") e Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("AMIL"), acionistas da ÍMPAR controladora direta da companhia. Nos termos do referido acordo, DASA e AMIL passaram a deter 50% da participação no capital votante da ÍMPAR, com direitos que estabelecem o controle em conjunto, conforme definido nos pronunciamentos CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Em decorrência dessa alteração na estrutura de controle, a ÍMPAR deixou de ser controlada de forma exclusiva, e as decisões estratégicas, operacionais e financeiras relevantes passaram a depender de aprovação conjunta dos acionistas da controladora direta. **1.2.1Regulamentações aplicáveis a operação da Companhia**. As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação por órgãos governamentais e entidades reguladoras, incluindo, principalmente: • Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"); • Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"); • Conselhos profissionais e autoridades sanitárias estaduais e municipais. O cumprimento das normas regulatórias envolve requisitos relacionados à qualidade assistencial, segurança do paciente, estrutura física, habilitação profissional, práticas de governança clínica e padrões operacionais, os quais podem impactar os custos operacionais, investimentos e resultados da Companhia. **1.2.2 Continuidade operacional**: A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando, entre outros fatores: • a estrutura de capital existente; • a geração de caixa operacional; • o acesso a linhas de crédito e financiamentos; • o cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias; e • as projeções econômico-financeiras aprovadas pela Administração. Adicionalmente, a constituição do controle conjunto e a reorganização societária associada têm como principais objetivos estratégicos: • fortalecimento da plataforma hospitalar da Rede Américas; • aumento da escala operacional e da eficiência; • ampliação do portfólio de serviços de alta complexidade; e • geração de sinergias operacionais, assistenciais e financeiras. Tais objetivos fortalecem a conclusão da Administração acerca da continuidade dos negócios, e que a Companhia possui recursos financeiros, operacionais e estrutura de capital adequados para manter suas atividades no curso normal dos negócios. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração acompanha continuamente os impactos das operações sobre o desempenho econômico-financeiro, a estrutura patrimonial e os fluxos de caixa da Companhia.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **2.2 Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes ativos e passivos, que foram mensurados a valor justo ou a outros critérios de mensuração conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis: • ativos e passivos de arrendamento reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, na data de início desses contratos. Os valores justos utilizados, quando aplicável, foram determinados com base em técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à natureza dos instrumentos, considerando dados observáveis de mercado sempre que disponíveis. A hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, está apresentada na nota 26. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, conforme definido no CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As transações em moedas estrangeiras, quando existentes, são inicialmente registradas pela moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício. **2.4 Uso de estimativas, premissas e julgamentos contábeis**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e maior grau de incerteza incluem, mas não se limitam a: • determinação das perdas esperadas de crédito sobre contas a receber; • reconhecimento de receitas e contraprestação variável ("glosa"); • definição da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis; • avaliação de recuperabilidade de ativos não financeiros; • mensuração de ativos e passivos de arrendamento; • reconhecimento e mensuração de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e • reconhecimento de ativos fiscais diferidos. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados. Em dezembro de 2025 a Administração da Companhia promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito, conforme detalhado na nota 3.2. **2.5 Demonstrações financeiras**: As demonstrações financeiras da Companhia incluem os investimentos em controladas registrados pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais pronunciamentos aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia não apresentou demonstrações financeiras consolidadas, pois a controladora final, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que suas controladas são consolidadas. Essa dispensa está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas. **2.6 Autorização para emissão**: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de julho de 2026.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1 Novos pronunciamentos: 3.1.1 - Pronunciamentos com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **3.1.1.1 Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis**: Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, introduzindo novos requisitos para a avaliação da conversibilidade entre moedas e para a determinação da taxa de câmbio à vista aplicável quando a conversibilidade não estiver disponível. Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não efetuou operações nessas condições, portanto essa alteração não impactou as demonstrações financeiras, aqui apresentadas. **3.1.2 Novos pronunciamentos a serem adotados em períodos e/ou exercícios subsequentes**: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **3.1.2.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos**: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("*SPPI test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("*FVOCI*"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou nas demonstrações financeiras a serem futuramente emitidas. **3.1.2.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza**. Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 -"Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "*contracts referencing nature-dependent electricity*". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)* e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **3.1.2.3 CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**: Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: 1) não obstante a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. 2) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. 3) o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **3.1.2.4 IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações e alterações**: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.1.3 Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards - Vol 11)**: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"; • IFRS 7"; IFRS9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.1.4 Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação**: Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou; • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têmcomo objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.1.5 Alteraçõesaos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"**: Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera queessas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.2 Mudança de estimativa - provisão para perdas esperadas de crédito: Em dezembro de 2025, a Administração promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito relacionada às contas a receber das companhias que passaram a compor a Rede Américas em 1º de abril de 2025, com o objetivo de refletir de forma unificada o perfil de risco da carteira, à luz de informações mais recentes e da evolução do comportamento histórico de recebimentos. A mudança envolveu o aperfeiçoamento das premissas e parâmetros utilizados na mensuração das perdas esperadas, incluindo, entre outros aspectos, ajustes na segmentação da carteira, na base histórica utilizada e na incorporação de informações prospectivas (*forward-looking*). Essa alteração foi tratada como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente a partir de sua adoção, portanto, os valores comparativos não foram reapresentados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem: • caixa; • depósitos bancáriosà vista; e • aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Os saldos e composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados a seguir:

Descrição	Taxa média ponderada a.a.	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos		1.043	6.040
Operações compromissadas e certificados de depósito bancário	14,30%	16.313	4.606
		17.356	10.646

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

As contas a receber da Companhia são originadas, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos e diagnósticos, sendo compostas principalmente por valores a receber de operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor proporção, de outros convênios e entes públicos, quando aplicável. As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a receber, líquidas de descontos comerciais e contratuais, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As contas a receber são classificadas como ativo circulante ou não circulantes, de acordo com o prazo que se espera sua realização no curso normal das operações. Os saldos e composiçãodas contas a receber estão apresentados a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Convênios	80.189	74.263
Particulares	20.734	29.206
Serviços a faturar	41.749	16.812
	142.672	120.281
Contas a receber contraprestação variável	57.555	63.547
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	(7.323)	(6.145)
Perdas esperadas de contraprestação variável (glosa)	(35.165)	(27.528)
	15.067	29.874
Total contas a receber de clientes, líquido	157.739	150.155

5.1 Modelo de perdas esperadas de crédito (Expected Credit Losses - ECL): A Companhia adota o modelo de perdas esperadas de crédito para mensuração da provisão para perdas sobre contas a receber, conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aplicando o modelo simplificado, o qual requer o reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial, sem a necessidade de identificar aumento significativo no risco de crédito. Esse modelo é considerado apropriado tendo em vista: • a natureza da temporalidade das contas a receber; • a inexistência de componente financeiro significativo; e • o elevado volume de transações recorrentes com operadoras de saúde. Para fins de mensuração das perdas esperadas, as contas a receber são segmentadas em grupos homogêneos de risco, considerando, entre outros critérios: • histórico de inadimplência e glosas; • perfil de crédito e rating interno das operadoras; • comportamento histórico de pagamento; • prazos contratuais e condições de cobrança; e • garantias contratuais,quando aplicável. Essa segmentação é consistente com as práticas de mercado adotadas por grandes grupos hospitalares e permite uma avaliação mais precisa do risco de crédito. A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de matriz de provisão, que combina: • taxas históricas de perda, baseadas em dados observáveis de inadimplência, glosas e recuperações; • ajustes prospectivos (*forward-looking*), refletindo condições econômicas atuais e expectativas razoáveis e sustentáveis sobre eventos futuros; e • fatores específicos do setor de saúde, incluindo alterações regulatórias, comportamento das operadoras e ambiente macroeconômico. As taxas históricas são periodicamente revisadas para assegurar que permaneçam representativas do risco atual da carteira. A Administração incorpora informações prospectivas relevantes na mensuração das perdas esperadas, considerando, entre outros fatores: • cenário macroeconômico; • condições do setor de saúde suplementar; • solvência e desempenho financeiro das operadoras de planos de saúde; • tendências de glosas e disputas contratuais; e • alterações regulatórias que possam afetar a capacidade de pagamento das contrapartes. Quando apropriado, são utilizados cenários múltiplos ponderados por probabilidade, de forma consistente com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, assegurando que a provisão reflita não apenas eventos passados, mas também expectativas futuras razoáveis. Valores sujeitos a glosas (contas a receber contraprestação variável), contestação administrativa ou disputa contratual são avaliados, considerando: • estágio do processo de contestação; • histórico de êxito em recuperações; • cláusulas contratuais aplicáveis; e • pareceres jurídicos e operacionais, quando relevantes. Quando a Administração entende que a recuperação é improvável ou incerta, os valores são incluídos na provisão para perdas esperadas ou baixados diretamente contra o resultado, conforme o caso, os valores em aberto são 100% provisionados quando atingem 1080 dias em aberto. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação, após esgotadas as medidas de cobrança administrativa e/ou judicial, conforme políticas internas aprovadas pela Administração. As recuperações de créditos previamente baixados são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. O modelo de perdas esperadas é revisto periodicamente pela Administração, com suporte das áreas financeira, de crédito e de faturamento, e considera informações internas e externas relevantes. As estimativas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, podendo os resultados efetivos diferirem das estimativas utilizadas.: **5.1.1 Composição de contas a receber de convênios e particulares, por vencimento**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
A faturar	41.749	16.812
A vencer	67.218	71.568
Vencidos:		
Até 90 dias	13.533	22.530
de 91 a 180 dias	4.925	1.102
181 a 360 dias	5.736	-
Acima de 360 dias	9.511	8.269
	142.672	120.281

5.1.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber de convênios e particulares

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(6.145)	(4.097)
Mudança de estimativa	674	-
Adição	(7.896)	(78.418)
Reversão	6.044	76.370
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(7.323)	(6.145)

5.1.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas de contraprestação variável (glosas)

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(27.528)	(18.254)
Mudança de estimativa	(7.888)	
Adição	(1.699)	(9.838)
Reversão	1950	564
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(35.165)	(27.528)

6 ESTOQUES

Os estoques são compostos, principalmente, por medicamentos, materiais médico-hospitalares, órteses, próteses e materiais especiais ("OPME") e demais insumos utilizados na prestação de serviços assistenciais. Os estoques são registradospelo menor valor entre o custo médio ponderado e o valor realizável líquido, conforme o CPC 16 / IAS 2 - Estoques. Considerando que a Companhia não comercializa esses materiais de forma individual no curso normal de suas operações, mas os consome internamente como parte integrante da prestação de serviços hospitalares, o valor realizável líquido corresponde ao valor econômico recuperável por meio da utilização desses estoques na prestação dos serviços, limitado ao montante que se espera recuperar por meio da receita assistencial, deduzido de eventuais perdas por vencimento, obsolescência, deterioração ou baixa rotatividade. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos estoques, considerando, entre outros fatores: • a data de validade e condiçõesde armazenamento; • a rotatividade histórica e projetada; • mudanças em protocolos clínicos ou assistenciais; • ocorrências de perdas, danos ou inutilização;

Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

... continuação

HOSPITAL LEFORTE LIBERDADE S.A. - CNPJ/MF nº 21.371.777/0001-32 - NIRE 35.300.485.939

recuperabilidade, considerando projeções de resultados tributáveis, histórico de realização e estratégias fiscais disponíveis. Quando a realização deixa de ser provável, os valores são reduzidos. Os tributos correntes e diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data do balanço, que se espera aplicar quando do período de realização ou liquidação. Ativos e passivos fiscais não são compensados, exceto quando existe direito legal de compensação e a intenção de liquidação. Impostos diferidos são apresentados no ativo ou passivo não circulante. O IRPJ e a CSLL são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que o efeito tributário é reconhecido na mesma rubrica.: **21.3.1 Composição e movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro diferidos**

Descrição	31.12.2024	Movimentação no resultado	31.12.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	38.012	(4.121)	33.891
Provisão para perda com contas a receber e glosa	11.449	2.708	14.157
Provisões diversas e para serviços médicos	3.559	(2.693)	866
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas extras	1.290	556	1.846
Operações com arrendamentos	10.917	(1.315)	9.602
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.263	12.721	17.984
Outros	(32.749)	6.855	(25.894)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.741	14.711	52.452

Descrição	31.12.2023	Movimentação no resultado	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	36.682	1.330	38.012
Provisão para perda com contas a receber e glosa	(1.533)	12.982	11.449
Provisões diversas e para serviços médicos	4.150	(591)	3.559
Provisão plano de compra de ações	-	-	-
Provisões para remuneração variável, dissídio e horas extras	(414)	1.704	1.290
Operações com arrendamentos	8.467	2.450	10.917
Provisão para perdas sobre créditos precatórios	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(5.713)	10.976	5.263
Outros	(510)	(32.239)	(32.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.129	(3.388)	37.741

21.4 Conciliação da alíquota efetiva de impostos

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(29.659)	(97.383)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
	10.084	33.110
Ajustes para determinação da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	744	(251)
Despesas indedutíveis	(17)	(1.500)
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(34.769)
Perdas efetivas do contas a receber	(4.973)	-
Diferenças permanentes	(719)	(2.827)
Outros	286	-
	5.405	(6.237)
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados		
Corrente	(9.306)	(2.849)
Diferido	14.711	(3.388)
	5.405	(6.237)
Taxa efetiva	-18,22%	3,48%

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O reconhecimento de receitas da Companhia é efetuado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos aos clientes, em valor que represente a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços. As receitas decorrem, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos, diagnósticos e demais serviços assistenciais, sendo realizadas predominantemente com operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor escala, outros convênios e entes públicos, quando aplicável. **22.1 Identificação do contrato com o cliente**: Os contratos com clientes são formalizados, em sua maioria, por meio de: • contratos firmados com operadoras de planos de saúde; • autorizações de atendimento; • tabelas de preços e condições comerciais vigentes; e •acordos específicos para procedimentos ou pacotes assistenciais. Um contrato é reconhecido quando estão atendidos os critérios do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, incluindo a aprovação pelas partes, a identificação dos direitos e obrigações, a definição dos termos de pagamento e a probabilidade de recebimento da contraprestação. **22.2 Identificação das obrigações de desempenho**: As obrigações de desempenho da Companhia consistem, principalmente, na prestação de serviços assistenciais integrados, que podem incluir, de forma combinada: • internação hospitalar; • procedimentos cirúrgicos; • serviços médicos e de enfermagem; • utilização de materiais e medicamentos; • exames e terapias; e • demais serviços correlatos necessários ao atendimento do paciente. Considerando a natureza dos serviços prestados, a Companhia avalia que, na maioria dos casos, os serviços prometidos não são distintos, uma vez que são altamente inter-relacionados e integrados para fornecer um único resultado assistencial ao paciente. Dessa forma, tais serviços são tratados como uma única obrigação de desempenho, em linha com as práticas de mercado adotadas no setor hospitalar. **22.3 Determinação do preço da transação**: O preço da transação corresponde ao valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito pela prestação dos serviços, incluindo valores fixos e variáveis. A contraprestação é frequentemente variável, em função de: • glosas técnicas e administrativas; • descontos contratuais; • negociações posteriores à prestação do serviço; • ajustes decorrentes de auditorias médicas das operadoras; e • limitações de cobertura previstas contratualmente. A Companhia estima a contraprestação variável utilizando o método do valor esperado, considerando histórico de glosas, padrões de negociação e informações contratuais específicas, reconhecendo receita apenas na medida em que seja altamente provável que não ocorrerá reversão significativa do valor reconhecido, conforme requerido pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. **22.4 Alocação do preço da transação**: Quando um contrato contém mais de uma obrigação de desempenho identificável, o preço da transação é alocado às obrigações de desempenho com base no preço de venda independente relativo dos serviços prometidos. Na prática, considerando o caráter integrado da maioria dos serviços hospitalares, a alocação do preço da transação a múltiplas obrigações de desempenho ocorre de forma limitada e incomum. **22.5 Reconhecimento da receita ao longo do tempo**: A receita éreconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços assistenciais são prestados, uma vez que: • o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a Companhia executa os serviços; e • a Companhia não cria um ativo com uso alternativo. O progresso em direção à satisfação da obrigação de desempenho é mensurado com base na prestação efetiva dos serviços, incluindo o período de internação e a realização dos procedimentos assistenciais. **22.6 Contraprestação variável, glosas e ajustes**: A Administraçãoexerce julgamento significativo na estimativa dacontraprestação variável, especialmente em relação a glosas e ajustes contratuais. As estimativas consideram: • histórico de glosas por operadora; •taxas de êxito em contestações; • natureza dos serviços prestados; • mudanças contratuais ou regulatórias; e • informações prospectivas razoáveis e sustentáveis. Valores cuja recuperação seja considerada improvável são ajustadosdiretamente na receita ou reconhecidos como perda esperada, conforme o caso, assegurando que a receita reflita apenas valores que se espera realizar. **22.7 Componentes financeiros significativos**: Os contratos com clientes não contêm componente financeiro significativo, uma vez que os prazos de faturamento e recebimento são compatíveis com as práticas do setor e com o ciclo operacional da Companhia. **22.8 Apresentação e divulgação das receitas**: A receita é apresentadalíquida de impostos incidentes, descontos e ajustes contratuais. As divulgações relacionadas à receita atendem aos requerimentos doCPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e do CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo informações qualitativas e quantitativas que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem: • a natureza, o valor, o momento e a incerteza das receitas e fluxos de caixa; e • os julgamentos significativos realizados pela Administração.

Descrição	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Receita de serviços prestados		
Operadoras de planos de sáude	503.902	413.679
Particulares	22.908	42.295
	526.810	455.974
Deduções		
Glosas	(26.294)	(15.416)
Impostos (a)	(29.157)	(25.539)
	(55.451)	(40.955)
Receita operacional líquida	471.359	415.019

(a)Refere-se a tributos incidentes sobre a receita de serviços, como ISS (Imposto Municipal sobre Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Previdência Social).

23 GASTOS POR NATUREZA

	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Gastos com pessoal	(115.712)	(134.208)
Custos com materiais	(141.772)	(150.441)
Serviços e utilidades	(141.416)	(133.403)
Depreciações e Amortizações	(14.483)	(19.796)
Propaganda e publicidade	(399)	(444)
Repasse de despesas corporativas	(1.588)	(19.975)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(20.395)	(1.784)
Créditos de PIS e COFINS	529	158
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.179)	(2047)
Perdas efetivas do contas a receber	(19.184)	(2.378)
Receita com aluguéis	2.605	1.165
PIS e COFINS sobre outras receitas	(657)	(167)
Outras	(7.299)	1942
Manutenção e conservação	(4.162)	(3.795)
Impostos e taxas	(1.857)	(1.354)
Receita com concessão de folha de pagamento	375	156
	(460.950)	(461.378)
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	(419.002)	(441.451)
Despesas comerciais	(21.975)	(10.568)
Despesas gerais e administrativas	(3.447)	(24.362)
Outras receitas (despesas), líquidas	(16.526)	15.003
Total	(460.950)	(461.378)

24 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas e despesas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos e encargos incorridos sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, bem como os efeitos decorrentes de variações monetárias, instrumentos financeiros, mútuos entre partes relacionadas e outros resultados financeiros associados às atividades da Companhia.

	Exercícios findos em 31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	841	1.560
Juros sobre mútuos	10	-
Juros ativos	1.035	1.537
Variações cambiais e monetárias ativas	63	342
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(164)	-
Outras receitas financeiras	233	471
	2018	3.910
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(104)
Juros sobre mútuos	(445)	(1)
Juros sobre passivo de arrendamento	(36.235)	(25.109)
Juros passivos	(716)	(1.371)
Variações cambiais e monetárias passivas	(167)	(486)
Atualização monetária sobre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.647)	938
Repasse de despesas corporativas	-	(25.206)
Descontos concedidos	(4.572)	(2.279)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(182)
Outras despesas financeiras	(492)	(394)
	(44.274)	(54.194)
Total	(42.256)	(50.284)

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de riscos: A Administração da Companhia entende que os principais fatores de risco os quais estão expostas são risco de mercado, de câmbio, de taxa de juros, de crédito e de liquidez. Esses riscos são inerentes às atividades e são direcionados por meio de políticas internas e são monitorados através de relatórios periódicos. a.1) Risco de liquidez. A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, conforme o seguinte direcionamento: a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas.: b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado versus orçado. c) Manutenção de um caixa mínimo - Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento. d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria procura manter entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses. Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto. a.2) Risco cambial. As operações da Companhia são realizadas no Brasil e,portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real (moeda funcional da Sociedade). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía transações em moeda estrangeira. a.3) Risco de taxa de juros. A Companhia adota políticas de captação eaplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. Os equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 4) são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI. A Companhia procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros em taxas de juros flutuantes. a.4) Risco de crédito. Os instrumentos financeiros que a Companhia corre riscos de crédito da contraparte são representados, substancialmente, pelas disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e outros ativos e contas a receber. a.4.1) Risco de crédito de contrapartes. Este risco decorre de potencial incapacidade de as contrapartes cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência, além do risco relacionado aos ativos que compõem alguma exposição. A Companhia executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e outros ativos são objeto de limites máximos por instituição, com diversificação mínima de contrapartes. As instituições devem possuir grau de investimento mínimo atribuído por agências de riscos de créditos especializadas. a.4.2) Risco de crédito de clientes. O risco de crédito de clientes é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito nas contas a receber de clientes está divulgado na nota explicativa nº 5. a.5) Riscos climáticos. O risco climático é um risco transversal que pode ser um agravante para os tipos de riscos tradicionais que gerenciamos no curso normal dos negócios, incluindo, sem limitação, os riscos descritos neste item. Com base nas classificações utilizadas pela Task-Force on Climate-Related Financial Disclosures, consideramos que existem duas fontes primárias de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas: físicos e de transição. Os riscos de transição e/ou físicos decorrentes das mudanças climáticas podem afetar adversamente nossos negócios, condição e resultados das operações. Os riscos físicos resultantes das mudanças climáticas podem ser causados por eventos agudos (secas, furacões ou inundações) ou mudanças de longo prazo crônicas no clima (aumento das temperaturas médias, ondas de calor crônicas ou aumento do nível do mar). Os riscos de transição referem-se a ações realizadas para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados a mudanças climáticas, e podem se enquadrar em várias categorias, como mercado, tecnologia e mudanças de mercado. Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados por riscos de transição, tais como, mas não limitados a escassez de insumos e matérias-primas pode causar aumento de custos, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e restrições ou mudanças nas atividades de produção; Gastos com a transição para tecnologias mais sustentáveis devido às mudanças nas necessidades de tecnologia para novos desenvolvimentos de serviços ou adaptação de serviços existentes; entre outros. a) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os sócios têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros. A Companhia e avalia a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu gerenciamento conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Mensurados ao valor justo por meio do resultado: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio do resultado. • Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Passivos financeiros. Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar. • Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. • Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e tanto os juros e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis à captação de recursos de financiamentos ou emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros. c.1) Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Caso contrário, o valor justo foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, pode-se utilizar de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços). • Nível 3 - Premissas, para ativos ou passivos, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Os valores justos e os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros, ea hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

2025

Descrição	Notaexplicativa	Custo amortizado	Valorjusto
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.356	17.356
Contas a receber	5	157.739	157.739
Total		175.095	175.095
Passivos financeiros			
Fornecedores	14	43.971	43.971
Contas a pagar	18	4.498	4.498
Total		48.469	48.469

2024

Descrição	Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo
Ativo financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.646	10.646
Contas a receber	5	150.155	150.155
Total		160.801	160.801
Passivo financeiro			
Fornecedores	14	33.372	33.372
Contas a pagar	18	25.012	25.012
Total		58.384	58.384

26 REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária no Brasil. De forma geral, o novo modelo tributário prevê a substituição dos atuais tributos incidentes sobre o consumo - PIS, COFINS, ISS e ICMS - por dois novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS") e a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"). Adicionalmente, foi criado o Imposto Seletivo ("IS"), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 68/24, a qual regulamenta aspectos relevantes da Reforma Tributária, incluindo, entre outros, o campo de incidência e não incidência, a sistemática de créditos tributários, regimes diferenciados para setores específicos e hipóteses de redução de alíquotas. A referida lei complementar, contudo, não definiu as alíquotas nominais dos novos tributos. No que se refere ao setor de saúde, destaca-se a previsão de redução de 60% na alíquota aplicável aos serviços, bem como reduções de 60% ou 100% para determinados medicamentos e insumos. Outros aspectos relevantes da Reforma Tributária ainda dependem de regulamentação complementar, a ser concluída ao longo de 2026. Entre os anos de 2026 e 2032, está previsto um período de transição, no qual coexistirão o regime tributário atual (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) e o novo regime (IBS, CBS e IS). Diante da pendência de regulamentação integral da Reforma Tributária e da ausência de definição das alíquotas aplicáveis, os impactos econômicos e financeiros da nova sistemática tributária ainda não podem ser mensurados de forma confiável. Assim, não há efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

27 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025 o total de cobertura de seguros era de R$ 354.574, sendo a cobertura aberta para incêndios, vendaval, queda de aeronave, alagamento e inundação. A avaliação da suficiência das coberturas de seguros não faz parte do escopo dos auditores independentes.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de antecipação de pagamentos a fornecedores. Em dezembro de 2025, a Companhia, firmou contratos de convênio com o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e com o Banco Industrial do Brasil S.A. ("BIB") para a implementação de um programa de antecipação de pagamentos a fornecedores (*supplier finance arrangement*). Por meio desse programa, fornecedores da Companhia têm a opção de antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras parceiras, sem que haja alteração substancial nos prazos originalmente pactuados entre a Companhia e seus fornecedores. A adesão ao programa é facultativa aos fornecedores, que, caso optem pela antecipação, assumem integralmente os encargos financeiros associados à operação. A Companhia não incorre em custos financeiros relacionados à antecipação dessesrecebíveis, tampouco há alteração relevante na natureza de suas obrigações comerciais com fornecedores, que permanecem substancialmente consistentes com as práticas usuais de preços e pagamentos. O contrato celebrado junto com o Bradesco não há limitação de valores. O contrato com o BIB, por sua vez, prevê o limite total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para todas as empresas conveniadas. As transações tiveram início em fevereiro de 2026 e o saldo em aberto da operação até a data de emissão destas demonstrações financeiras era de R$969 mil.

Diretoria

Rogério Reis de Castro - Diretor Presidente
Vivianne Cunha Valente - Diretora Financeira
Anderson Tadeu Rebeque
Diretor de Controladoria, Impostos e Controles Internos - CRC 1SP 289263/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas **Hospital Leforte Liberdade S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Hospital Leforte Liberdade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC 1SP264861/O-9

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 17/07/2026 02:48:35 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal/index.php*